

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 05

-----DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO DE MAIO. -----

----- A acta da reunião ordinária realizada no dia vinte e quatro de Maio do corrente ano, depois de lida foi posta à votação e aprovada por unanimidade. -----

----- O Presidente da Câmara propôs que fossem incluídos para discussão os seguintes pontos: -----

----- 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL -----

----- 1.1.DIVISÃO ADMINISTRATIVA-----

----- 1.1.1.SECÇÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTARQUICOS E ARQUIVO -----

----- 1. Candidaturas à ADELO ao Programa LEADER MAIS, feito pela Junta de Freguesia do Seixo - Iluminação de Polidesportivo, e pela Junta de Freguesia de Gatões - Recuperação do Largo do Arneiro.-----

----- 1.2 DIVISÃO FINANCEIRA -----

----- 1.2.1 SECÇÃO DE CONTABILIDADE, ECONOMATO, PATRIMÓNIO E TESOURARIA

----- 4. Mercado Municipal -----

----- 3 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS -----

----- 3.1 DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS -----

----- 3.1.1 SECTOR DE ADMINISTRAÇÃO DIRECTA-----

----- 2.Intervenção no Espaço Urbano em Montemor-o-Velho: (Largo Souto maior e Largo da Paragem do Autocarro) - Cronograma Financeiro. -----

----- 3.Intervenção no Espaço Urbano em Montemor-o-Velho: (Rua Fernão Mendes Pinto e Remate Nascente) - Cronograma Financeiro.-----

----- 4.Intervenção no Espaço Urbano em Montemor-o-Velho: (Rua Dr. José Galvão e António Correia de Andrade) - Cronograma Financeiro. -----

----- 5.Intervenção no Espaço Urbano em Montemor-o-Velho: (Largo Diogo da Azambuja e Praça da Republica) - Cronograma Financeiro. -----

----- 6. Novo Mercado Municipal - Cronograma Financeiro e prorrogação do prazo. -----

----- 4. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL -----

----- 4.2. DIVISÃO DE DESPORTO-----

----- 3. "Construção da Pista de Remo/Centro Náutico de Remo - trabalhos a mais"

----- - Rectificação do ponto um da Divisão de Desporto da acta da Reunião de Câmara de quinze de Março de dois mil e dois.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 05

----- PROPOSTAS -----

----- DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- **Primeira** - O Presidente da Câmara propôs a execução de uma despesa, até quinhentos euros, para adjudicarem a particulares o corte de árvores. -----

----- Referiu que, já tinham analisado este assunto, sabiam da existência de empresas responsáveis pelo abate e transporte das árvores, até àquele montante, o Senhor Vereador Abel Girão, desenvolveria as tramitações necessárias. -----

----- Sabia que era um assunto que não necessitaria de ir a Reunião de Câmara, mas tem feito e continuará a fazer uma transparência de gestão. -----

----- Tomou a palavra o Vereador Abel Girão dizendo que, deveriam saber que existia já uma empresa que fazia aquele tipo de serviços, responsabilizando-se pelos contactos necessários, com a EDP, com a TELECOM e com o arranque da própria raiz. -----

----- Disse ainda que se irão cortar apenas as árvores que estiverem secas e ameaçarem perigo. -----

----- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- PROPOSTAS -----

----- DO VEREADOR VICTOR CAMARNEIRO -----

----- **Primeira** - O Vereador Victor Camarneiro propôs que a Câmara apresentasse uma saudação à Equipa Portuguesa do Campeonato do Mundo de Futebol, fazendo votos para que tenham sucesso. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Vereador Victor Camarneiro. -----

----- INFORMAÇÕES -----

----- DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- **Primeira** - Informou que, no próximo dia dez de Junho, às dezoito horas, irá haver uma reunião pública, nos Paços do Concelho, com a população da Vila de Montemor-o-Velho, respeitante à fase final das obras e às propostas de trânsito e estacionamento que tem vindo a discutir com as forças de Segurança e Protecção Civil do Concelho, com o Projectista e com o Departamento de Obras da Câmara. -----

----- Disse ainda que, naquele momento estavam em condições de, no próximo dia dez apresentar à população, o que estava por concluir, e lhes ser apresentado todo o sistema que propunham de circulação rodoviária, de estacionamento e de prioridade, em sentido

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 05

de emergência e de vias alternativas, que irão ser criadas a partir do momento em que a obra esteja terminada.-----

----- Mais disse que, a população irá ser confrontada com dois cenários: o transitório até trinta e um de Agosto, e que já estava praticamente todo efectivado, e o cenário definitivo que deverá merecer da sociedade civil, também alguma intervenção. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** - Informou que o Tribunal de Contas, já tinha dado o visto ao empréstimo dos seis milhões e meio de euros, e naquele momento já estavam a desenvolver as demarches necessária para acertarem o contrato com o BPI, para a obtenção dos plafons do empréstimo, autorizado pela Assembleia Municipal, e aprovado por unanimidade por dois órgãos: Câmara e Assembleia Municipal . -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Terceira** - Informou que, tinha decorrido no Governo Civil, no passado dia vinte e oito de Maio uma reunião em que tinha estado presente, sobre o plano especial de cheias - sensibilização e apoio técnico, que tinha contado com a presença de algumas Câmaras do Baixo Mondego, que tinham sido mais atingidas pela intempéries do ano passado, e onde estava apenas o Presidente da Câmara Municipal de Montemor, um representante da Câmara de Coimbra, um representante do INAG, um representante da Inspeção Distrital dos Bombeiros, do Comando Distrital da PSP e da GNR, a Protecção Civil Distrital e o Senhor Governador Civil que tinha coordenado os trabalhos. Tinha tido uma intervenção a fim de chamar a atenção, que já a vinte e sete de Janeiro tinham feito um trabalho naquele sentido, levantou duvidas e questões que tinha decorrido das reuniões a que muitos tinham assistido. -----

Pensava que, de acordo com o que tinha vindo a obter, que se havia maior segurança em termos de obra, e à reposição inequívoca do equilíbrio infra-estrutural da obra que tinha sido lesada em dois mil e um, julgava e manifestava aquela opinião, contudo se uma situação análoga decorresse hoje, a situação de vidas humanas e perigosidade para os centros urbanos do nosso Concelho, iriam ser os mais prejudicados. Porque tinham-se reforçado taludes, criaram-se condições, mas a questão nevrálgica que tinha sido vista há um ano, de uma albufeira não natural, criada por insatisfação de saída de águas mantinha-se, e poderia ser mais grave. -----

----- Bastava haver uma rotura a montante daquela que se tinha dado, em Montemor, do lado direito do leito periférico para, estar em causa o Casal Novo do Rio, por exemplo. Era a sua opinião pessoal, podendo estar a cometer alguns erros técnicos, mas foi o que viu

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 05

e o que transparecia, e não via que estivessem salvaguardadas as situações do Foja, que permitissem o escoamento das águas para dentro do canal, porque as opiniões não eram peremptórias, por parte dos organismos. -----

----- Mais disse ter alertado o Senhor Governador Civil para que tivesse junto da Protecção Civil e do INAG uma atitude mais pragmática de simulacro sobre situações, para face a elas verificarem se estavam ou não mais protegidos do que estavam. Naquele momento não estavam apenas satisfeitos pela circunstância de verificarem que a obra infra-estrutural, em si tinha sido reposta, porque ela também existia e tinha falhado, hoje estava reposta, mas nada garantia que todo o efeito condicionante, sobretudo complementar daquela obra funcionará, em termos operatórios e sobretudo em termos temporais, necessária para não colocar em perigo a vida humana. -----

----- Disse ainda que, tinha aproveitado para reivindicar que o seu concelho tinha sido o mais prejudicado, e que não estava sujeito, nem disponível para tornar a passar por uma situação idêntica, e reivindicou, na sequência do que tinha sido uma deliberação da Assembleia da Republica, aprovada por unanimidade, na sequência das cheias de dois mil e um, e tinha dentro do programa que aquela maioria do executivo tinha pautado nas suas eleições, e que pensava que também recolhia da parte das propostas do Partido Socialista a consonância, que fosse criado em Montemor, um Centro de Socorro para a Bacia do Baixo Mondego. -----

----- Aquele Centro, teria num dos eixos um observatório de cheias, mas que fosse um Centro de Socorro mais amplo. Isto porque pautavam a sua conduta por reivindicar melhores acessibilidades, sobretudo da margem esquerda à margem direita do Mondego, com a passagem da via rápida da trezentos e quarenta e um, com a A catorze, com a futura A dezassete, com o eixo ferroviário da Linha do Norte, da Linha da Beira Alta, da Linha do ramal da Figueira da Foz a Alfarelos, etc. estavam num eixo nevrálgico de uma rede num perímetro de dez, quinze quilómetros, actuavam facilmente junto a Condeixa, junto a Soure, junto a Cantanhede, junto à Figueira da Foz e até junto à parte Sul de Coimbra. Achava que tinham todas as condições de reivindicar para ali, aquilo que a própria Assembleia da Republica, tinha achado que deveria haver um Centro Coordenador, para que aquelas circunstâncias fossem atenuadas. -----

----- Disse ainda querer alertar a Câmara, para o problema das químicas aero - transportadas, que se estavam a passar no Baixo Mondego e que tinha levantado lá aquele problema. Sabia que a protecção Civil Distrital, naquele momento andava à procura de saber o que é que se passava, tinha entrado em contacto com a Câmara de Soure, porque

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 05

eram as freguesias da margem esquerda do Mondego que estavam a ser alvo daquela situação. Havia, naquele momento circunstâncias legais que obrigavam a que houvessem autorizações prévias para que aquelas químicas fossem utilizadas.-----

----- Tinha também levantado outras questões relacionadas com indemnizações e apoios dados a comerciantes, entidades ou particulares, que independentemente dos critérios, mantinham questões delicadas. Tinha dito ao Senhor Governador Civil, que já tinha feito um pedido de esclarecimento, à Senhora Secretária de Estado do Apoio ao Comércio, o porquê de há três anos situações de URBCOM e PROCOM, estarem "penduradas" no IAPMEI, e que não tinham respostas por parte das entidades competentes. Havia alguns casos, de pessoas que estavam em situações delicadíssimas, do ponto de vista económico porque não viam satisfeitas, do ponto de vista pragmático, aprovações que já lhe tinham dito informalmente que estavam feitas. As pessoas tinham contraído empréstimos, estavam endividadas, não tinham circunstâncias funcionais nem operativas, e aquilo estava a pôr em causa a sua própria integridade pessoal e comercial.-----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

----- **Quarta** - Uma outra informação prendia-se com a Ponte das Lavandeiras. Tinha tido uma reunião em Coimbra, com o Senhor Director de Estradas de Coimbra, e tinha-lhe feito chegar dois documentos, posteriores àquela reunião, em que dizia o seguinte:-----

----- "Continuamos a questionar a localização da rotunda, por razões de segurança rodoviária, dada a altimetria existente no local envolvente e a cota a que tem a ponte. Esta preocupação que tem vindo a ser alertada por nós, lembra sempre por parte do município em geral, mas também por forças de segurança locais, e em especial a GNR e Protecção Civil, preocupações acrescidas."-----

----- Enviou ainda uma outra carta ao Vice-presidente do ICERR, em que dizia claramente que:---

----- "Relativamente ao assunto da Ponte das Lavandeiras, venho por este meio transmitir a V.Ex.^a as apreensões desta Câmara Municipal, no que respeita à solução apresentada para a construção de uma rotunda, já que a mesma se encontra muito próximo da Ponte e apresenta um desnível considerável, face ao tabuleiro. Para além disso é uma zona de denso nevoeiro, que ocorrem com muita frequência, o que antevê uma futura zona de eventual sinistralidade. Continuamos a questionar a localização da rotunda por razões de segurança rodoviária, e dada a altimetria existente no local e a forma que tem a ponte, e assim reiteramos o nosso pedido que deveria ser encontrada outra solução técnica com a mudança, eventual do local da dita rotunda ou prescindirmos eventualmente da própria.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 05

Nesse sentido solicito a suspensão imediata da execução da rotunda até ser encontrada uma solução adequada, que garanta a segurança rodoviária e aceitação por parte desta entidade Municipal. Dada a urgência do assunto, manifesto desde já toda a minha inteira disponibilidade para a realização de uma reunião de trabalho que viabilize uma solução adequada e atempada."-----

----- Depois disto tinha havido contacto telefónico, em que tinha dito que estava disponível para apresentarem uma solução, nos Paços do Concelho de Montemor-o-Velho ou nos Paços do Concelho de Soure, e que depois de considerarem a solução adequada, o que salvaguardava tudo o que era posto em causa, tinha a concordância de todo o executivo. Se não o fizessem, ele próprio manifestará e tornará publico tudo contra, e não entrará em inaugurações e coisas do género. -----

----- Mais disse que, quanto à iluminação, o projecto já tinha sido entregue pela EDP. Tinha com ele as datas em que tinham sido enviadas as cartas atrás descritas, e posteriormente tinha aparecido, no "Diário de Coimbra", uma intervenção de um ex. - Vereador da Câmara Municipal, em que chamava a atenção para factos, que agora tinham que ser colmatados, e que deveriam ter sido chamados a atenção pelo executivo anterior, quando tinham visto o projecto, e que deveriam ter verificado logo as diferenças de cotas que estavam em causa. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Quinta** - Informou que já tinha entregue na Direcção de Estradas de Coimbra, os projectos dos semáforos de Quinhendros e Tentúgal, bem como o projecto da rotunda da Lavariz. Tinha pedido tratamento de urgência àquela matéria, e segundo a informação, e pelos preços em causa, se tudo correr bem, dentro dos próximos dois meses tinham aquelas obras executadas. A partir daquele momento as obras não eram da sua responsabilidade, tinham pago os projectos, entregaram-nos, a responsabilidade agora era do ICERR, mais concretamente da Direcção de Estradas de Coimbra. Faria manifesta pressão política para que esteja feito no menor espaço de tempo, bem como a semaforização para Carapinheira, junto à escola E.B. primeiro Ciclo, tinha sido uma pretensão que se tinha vindo a arrastar no mandato anterior, neste mandato já tinham desenvolvido aquela matéria e iam executá-la de imediato. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Sexta** - Informou que no dia anterior se tinha deslocado a Lisboa, para falar com o Senhor Secretário de Estado do Turismo e com o gabinete da Secretaria de Estado do Desporto, por causa da Pista de Remo e da Piscina Municipal de Montemor-o-Velho.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 05

Mantinha-se as circunstâncias conhecidas de que existia uma décalage de cerca de, um milhão setecentos e cinquenta mil euros, cerca de trezentos e cinquenta mil contos, entre os financiamentos garantidos por parte da participação do estado, por parte dos montantes que a Autarquia tinha contraído de empréstimo inicial para fazer face à primeira fase da obra da pista. Em relação às reuniões do dia anterior, gostava de por o executivo a par do que lá se tinha passado. -----

----- A Secretaria de Estado do Turismo, tinha manifestado a disponibilidade, através dos seus organismos dependentes, e mais directamente relacionados com o assunto, nomeadamente: Fundo de Turismo, Direcção Geral de Turismo, e de manifestarem alguns daqueles problemas e projectos ao ICEP. Tinham sido discutidos dois assuntos em simultâneo: Pista de Remo e "Coupe de la Jeunesse". Tinha feito um resumo de todo o processo, dos custos que tinha havido, face à candidatura inicial àqueles que têm. Não tinha nada a ver com deslizes financeiros, tinha a ver com uma questão clara: o processo inicial tinha sido mal feito quando sonegou custos para baixar o projecto, para que não fosse processado fora do âmbito nacional. Era bem claro que aquela fase, o valor que estavam a atingir de um milhão e duzentos, era aquilo que já era previsto, não havia deslize financeiro na obra, havia-o porque alguém tinha feito uma candidatura com setecentos mil contos, porque tinha um concurso para o mesmo montante. O Secretário de Estado do Turismo estava disposto a comparticipar até vinte por cento do que estivesse relacionado com o desporto. Teria que se mostrar as valências que se tinham ido buscar, que o projecto apresentava, que na primeira candidatura não era visível. Quanto à "Coupe de la Jeunesse" irá pedir uma audiência ao Director Geral de Turismo, para ver se poderão apresentar já uma candidatura para a prova em si, bem como outra ao ICEP, devido ao contexto internacional que a mesma tinha. -----

----- Mais disse terem naquele momento o projecto da piscina municipal pronto, os Senhores arquitectos tinham-lhe feito chegar uma memória descritiva muito sucinta, que já tinha deixado na Secretaria de Estado. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Sétima** - Informou que, naquele dia era o Dia Mundial do Ambiente. Tinham começado na noite anterior e continuariam naquele dia as comemorações, toda a Câmara iria estar, a partir das catorze horas envolvida nas comemorações,. -----

----- Gostaria de deixar a sensibilidade do executivo para a problemática e para a saudação às comemorações do Dia Mundial do Ambiente, e que nós, numa zona rural como a nossa, temos que ter cada vez mais a atenção virada para aqueles problemas. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 05

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Oitava** - Gostaria ainda de confirmar a deslocação à Galiza, com partida no dia seis e regresso no dia sete de Junho, para assumirem formalmente a integração de Montemor nos Caminhos da Rota de Santiago, e ao mesmo tempo terem uma entrevista com o Senhor Presidente do Governo Regional da Galiza, onde irão formalizar o convite para se deslocar, no próximo ano a Montemor-o-Velho. -----

----- A Câmara Tomou conhecimento. -----

----- INFORMAÇÕES -----

----- DO VEREADOR EMÍDIO FIDALGO -----

----- **Primeira** - O Vereador Emídio Fidalgo, informou que já tinha tido oportunidade de falar com os Vereadores Pedro Machado e Abel Girão, relativamente a um acidente ocorrido no passada Domingo, na Carapinheira. -----

----- O acidente em causa, foi provocado por trabalhadores da obra da Carapinheira, e como tinha assistido ficou bastante preocupado, pois eram trabalhadores que, segundo informações da Guarda Nacional Republicana, eram ilegais, conduziam sem seguro e provocaram aquele acidente ao atravessar o cruzamento sem qualquer cuidado. Ao aperceber-se do acidente, e verificando que os acidentados em causa, na sua maioria negros, não estavam a agir da melhor forma, para com os outros intervenientes naquele acidente, veio imediatamente a Montemor, solicitar a presença da GNR. Quando chegou ao local juntamente com a GNR, verificou que já tinham fugido, e abandonado o veículo em causa. Apesar de terem andado fugidos durante algum tempo, e depois da intervenção de três Brigadas Policiais foram apanhados. -----

----- Uma primeira questão prendia-se com o facto de um deles não ter sequer identificação, visto, segundo a própria GNR, ser um trabalhador ilegal no País. Uma outra questão, era o facto da GNR, não ter tido um comportamento muito correcto, quanto àquela situação: mandaram vir as Brigadas de Trânsito, pois embora fosse um acidente de trânsito, implicava também uma questão de ordem pública. -----

----- Gostaria de chamar a atenção que, aquela era uma empreitada da Câmara Municipal, e já tinha alertado quanto àquela situação, falando com o Senhor Vereador Pedro Machado, para que ficassem, de algum modo precavidos, pois havia qualquer coisa que não estava bem. Pelo que se apercebeu, juntamente com muitas outras que ocorreram ao local, foi que uma das pessoas intervenientes no acidente, tinha ligado posteriormente para o sub - empreiteiro e tinha sido o próprio a dar ordens para que fugissem. O mesmo sub - empreiteiro andou depois na Carapinheira a ver se os conseguia

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 05

encontrar, sem resultados, uma vez que já tinham sido apanhados pela GNR. Segundo a população alguns daqueles indivíduos têm vindo a ter comportamentos menos correctos em relação à população. -----

----- Pensava que a Câmara Municipal deveria estar atenta, pois acabam por ter um sub-empregado, a trabalhar num empreiteiro, na qual a responsabilidade cabe ao último, uma vez que traz a trabalhar trabalhadores ilegais. Todos sabiam que obra tinha sido mal empreitada, no esquema da pedra, mas aquilo não lhes dava o direito de fazerem o que bem entendiam. Havia que proteger os interesses dos munícipes. -----

----- Tomou a palavra o Vereador Abel Girão dizendo estarem atentos ao que tinha acontecido, e irão actuar junto do empreiteiro com alguma rigidez, porque aquelas situações não eram toleradas, e o empreiteiro sabia que estava proibido de "utilizar" trabalhadores estrangeiros que não estivessem devidamente legalizados, havendo penalidades para aqueles casos bastante pesadas. -----

----- Disse ainda que, para além de irem comunicar ao empreiteiro, que não admitiam que situações, como aquela, se voltassem a repetir, iriam comunicar, também às autoridades correspondentes o sucedido, a fim de serem tomadas as devidas providências.

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- INFORMAÇÕES -----

----- DO VEREADOR VICTOR CAMARNEIRO -----

----- **Primeira** - o Vereador Victor Camarneiro pediu uma informação relativamente ao aparecimento nas listagens dos cabimentos que lhes eram fornecidas de despesas, da Faculdade de Medicina e com Farmácias. Gostaria de saber se estas tinham alguma coisa a ver com os Serviços Sociais, ou não. -----

----- O Presidente da Câmara respondeu que, quanto às despesas que apareciam da Faculdade de Medicina, tinham a ver com a análise da água, e quanto às despesas de Farmácias, tinha a ver com a necessidade de por vezes ser necessário comprar, por exemplo álcool para limpeza de teclados informáticos. -----

----- Retomou a palavra o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, quanto àquela questão tinha ficado esclarecido. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** - Informou que, já tinha notado, nalgumas manifestações de carácter popular, e ele próprio tinha ficado surpreendido, pois era suposto que com as obras de requalificação dos Centros Históricos, que os fios de electricidade passassem a ser subterrâneos, e o que se via naquele momento era que, com a instalação dos candeeiros,

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 05

não havia fios subterrâneos o que havia era uma coisa parecida com um cordão de roupa, enorme, preto, pelas fachadas de todos os edifícios. -----

----- Mais disse que, pensava que aquilo era frustrar completamente aquilo, que todos pensaram, que era que os fios aéreos desapareceriam.-----

----- Interveio o Vereador Abel Girão dizendo que, também ele tinha ficado frustrado quando teve conhecimento da situação, há já alguns meses. O que lhes tinha sido indicado pelas pessoas que tinham acompanhado o projecto, era que a EDP, tinha-se responsabilizado, apenas pelas travessias, e não pelos cabos em fachadas. Tinha sido aquilo que tinha sido aceite pela anterior Câmara, mas era uma situação irreversível, com a qual também não concordava, porque não era admissível, com os custos que estavam a ter com a requalificação daquela zona, que ficassem fios pendurados nas fachadas. -----

----- Tomou a palavra o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, inclusivamente na fachada do Edifício da Câmara Municipal, também era irreversível que fosse haver um fio a atravessar e a ligar os candeeiros de iluminação da fachada, o que o decepcionou muito.--

----- Retomou a palavra o Vereador Abel Girão dizendo que, com a quantidade de cabos e de tubagens que se tinham instalado, e pelo tempo que aquela obra tinha demorado, os responsáveis tinham tido mais que tempo para fazer aquilo, segundo parecia, era aquele o projecto da EDP, mas depois a mesma só assumiu fazer daquele modo. Não tinha havido força política para inverter a situação, e quando retomaram a obra, já estava em fase de pavimentação, não tendo sido de modo nenhum possível estar a reabrir as valas, para colocar novas tubagens. -----

----- Tomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo que pretendia ressaltar dois aspectos: -----

----- Primeiro - havia muitos fios que estavam para sair, e todos os fios aéreos iriam desaparecer, apenas iriam ficar os fios que estavam agora a ser colocados, e que iriam ocupar espaços nos edifícios, em termos longitudinais;-----

----- Segundo - Não sabia se tinham a noção, mas para que os fios ficassem todos subterrâneos, teriam que falar em mais de uma centena de milhar de contos, o que levou talvez o executivo anterior a preterir. Havia cálculos naquele sentido e era um exagero em termos de custos o que significava mais de vinte e cinco por cento de acréscimo à obra. Naquele momento tinham que estar atentos, uma vez que a EDP, não irá escamotear a responsabilidade que tinha, de retirar todos os cabos que estavam, em toda a Rua Dr. José Galvão, Correia de Andrade, Praça da Republica, etc. Não iria haver fios aéreos. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 05

----- Retomou a palavra o Vereador Abel Girão, dizendo que a EDP só assegurava a retirada das travessias e era evidente que os fios desligados iriam ser retirados. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, para não haver todos aqueles fios a atravessar as fachadas das casas, teriam que ser candeeiros com pé e aquilo é que seria o acréscimo da obra. -----

----- Tomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo que, deverão ter muita atenção a todas as questões da obra, pois tinham tido um exemplo no Sábado: com uma rotura de água, numa zona nevrálgica, com tudo novo. Não irá ser da responsabilidade da Câmara Municipal, pois irão facturar ao respectivo empreiteiro as despesas que tinham tido, quer com mão de obra, quer com o material que utilizaram, quer com o esforço que acabaram por ter, sendo uma demonstração cabal daquilo que tinha pedido logo na Segunda feira, que tinha sido um inquérito rigoroso do que se tinha passado e da forma como tinha acontecido, pois era inadmissível porque é que uma obra daquelas continuava a ter circunstâncias daquelas, iria trazer despesas de manutenção e de reposição incalculáveis. Era inadmissível que uma obra com cerca de dois meses, tivesse rebentado, com a pressão da água. Independentemente do justificativo que tinha sido dado, gostaria de ter um relatório mais aprofundado sobre a testagem que tinha sido feita àqueles equipamentos e as garantias que tinham, pelo menos durante cinco anos. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Terceira** - Informou que, embora assumisse a relação que tinha com a Associação Fernão Mendes Pinto, gostaria de deixar uma nota sobre os resultados alcançados, por cinco dos seus remadores, quer na Regata Internacional de Gondomar, em que o Ricardo Paulo e o João Viegas tinham sido campeões, quer em Bourges, em França, em que em representação da Selecção Nacional de Remo, o Eduardo Ferreira em sky, foi campeão, e a Ana Viegas e Ana Pimentel, em duo ganharam medalhas de ouro. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- INFORMAÇÕES -----

----- DO VEREADOR ANTÓNIO RAMALHETE -----

----- **Primeira** - informou que, relativamente à conversa que tiveram na ultima reunião, sobre a análise de águas, sobretudo na praia fluvial de Pereira, o índice de poluição era dez vezes superior ao que era permitido. -----

----- Gostaria de saber se estava no local alguma informação sobre o estado em que se encontrava a água. Tinha ficado impressionado no Domingo, com a quantidade de pessoas que estavam na Praia Fluvial, desde crianças a adultos. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 05

----- Mais disse, ter tido a preocupação de saber o porquê da água estar naquela situação, e tinha acabado por verificar que havia deterioração num dique, na vala que vem do Paul de Arzila, a qual de certa maneira fazia uma contenção de água que canalizava para a Vala de Pereira, naquele momento era canalizada para o rio. Pensava que o grande índice de poluição da água da praia fluvial se devia àquele facto, porque a água praticamente ia escoar os cem metros acima. Se houvesse uma análise à água, a cem metros do escoamento da vala, era lógico que a análise não poderia ser favorável. Gostaria de chamar a atenção, a fim de poderem reparar o dique, para que a água não entre no leito do rio, propriamente na praia fluvial. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** - Informou existir uma barreira caída na Rua dos Montes de Cima, desde as ultimas chuvadas do ano passado. Aquela encontrava-se já há bastante tempo, a ocupar uma parte da estrada, tapando a valeta, o que obrigava parte da água a estar permanentemente a passar pelo meio da estrada. Não sabia qual a razão de uma situação daquelas, que já existia há mais de ano, uma vez não ser assim tão difícil de resolver. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Terceira** - Informou que, ao passar pela estrada que liga o Pontão de Santo Varão à E.B.I. de Pereira, verificou que a estrada ainda não estava concluída, perguntando se as valetas iriam ser cimentadas. -----

----- Mais disse, haver uma parte da estrada, que poderia originar acidentes gravíssimos. Tinham colocado o alcatrão, mas não cortaram as árvores das barreiras, havendo um espaço de trezentos metros, em que os carros que ali passavam tinham que se desviar para a faixa esquerda, uma vez que as árvores que estavam nas barreiras, vinham praticamente para o meio da estrada. Não sabia qual tinha sido a intenção de não terem feito o respectivo corte nas árvores, a fim de as pessoas poderem circular na via que lhes competia. -----

----- Tomou a palavra o Vereador Abel Girão dizendo que, em relação à análise das águas e à informação à população, sempre que fazia um despacho daquelas informações, ia com a informação que deveriam ser avisadas as Juntas de Freguesia da situação. Competia às Juntas informar a população, por meio de Edital ou aviso, do estado das águas. -----

----- Sobre a questão da vala do Paul de Arzila, desconhecia a situação, mas iriam tentar que a situação fosse resolvida. Quanto à análise efectuada às águas, julgava que tinham sido efectuadas no próprio local da praia fluvial. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 05

----- Mais disse que, quanto à barreira, também não tinha conhecimento e estranhava que estivesse lá, porque já tinha havido intervenção das máquinas da Câmara na Freguesia de Pereira, e se não tinha sido removida, era de facto estranho. Os trabalhos eram feitos sob a coordenação do Presidente da Junta de Freguesia, e se não houve intervenção, tinha sido porque o Presidente da Junta assim o tinha entendido. De qualquer maneira, ficava a nota, para verificarem o que se passava.-----

----- Quanto ao corte das árvores, o que estava previsto na Lei, era que deveriam ser as próprias pessoas que deviam cortar as árvores que estivessem sobre a estrada. No entanto, a Câmara, na ausência daquele procedimento, teria que ser ela a fazer aquele serviço. Têm tido casos em que a Câmara actuava, com o corte de árvores e mais tarde era confrontada com pedidos de indemnização, porque não tinha havido autorização para o fazer. - -----

----- Interveio o Vereador Emídio Fidalgo chamando a atenção, que era da responsabilidade do dono do terreno, a barreira que tinha caído , não era da responsabilidade da Câmara. A Câmara tinha , de algum modo superintender tudo aquilo, e no caso de ao fim de algum tempo, a barreira não ter sido retirada, avisar as pessoas que o deveriam fazer, construindo um muro de suporte. No caso de não se verificar, a Câmara actuava, e apresentava as despesas ao proprietário.-----

----- Tomou a palavra o Vereador Abel Girão, dizendo que, efectivamente a responsabilidade era dos proprietários do terreno, mas também era verdade, que não era o que acontecia, era sempre a Câmara que era solicitada a fazer aqueles trabalhos.-----

----- Interveio o Vereador José Marques dizendo que, tanto quanto sabia o dique existia para colocar na vala de Pereira águas correntes, mas o ano passado tinha sido vandalizado, e naquele momento estava a deixar passar a água, em vez de a colocar na vala. Não lhe parecia que o facto do dique deixar passar água para o rio, fosse a fonte poluidora, só por si.-----

----- Em relação à questão da barreira que existia na Rua José Mendes dos Santos, era uma barreira que já existia há um ano, e era uma situação de conflito, até porque se assim não fosse já estaria resolvida. O proprietário da barreira, pensava ser o dono tanto da barreira como da estrada, e não "autorizava" que lá fosse mexido. Achava pertinente aquela informação, e a Câmara deveria actuar. Apesar da responsabilidade ser do proprietário, não podiam deixar prolongar aquela situação por muito mais tempo. Quando lá passava alguém, metade da estrada era ocupada pela barreira.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 05

----- Tomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo concordar inteiramente com a intervenção do Senhor Vereador António Ramalhete. Em relação ao que tinha sido referido, gostaria de acrescentar que, para além da informação que o Senhor Vereador Abel Girão tem dado às Juntas de Freguesia, também estava a enviar para o Delegado de Saúde, coisa que não era feita até aqui. Tinha dado um despacho naquele sentido, depois de uma reunião de trabalho que teve com o Delegado de Saúde, em que tinham acertado pontos de vista, quanto à intervenção, que lhe parecia ter que ser cada vez mais profícua em conjunto entre Câmara, Delegação de Saúde, para determinado tipo de situações.-----

----- Mais disse que, quanto à questão das análises das águas, quer pública, quer dos fontanários, tinha sido dado, e já tinha feito chegar ao senhor Delegado de Saúde, um conjunto de informações que tinham passado por todos os mapas de localização dos reservatórios de água do Concelho, da rede de distribuição, do circuito que ela fazia, da situação das análises das águas àquela altura, e uma vez actualizadas são enviadas. -----

----- Em relação ao que se passava em Pereira, achava que o Senhor Vereador do Pelouro do Ambiente e o Senhor Vereador das Obras, se deveriam juntar com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pereira, com o Senhor Delegado de Saúde e com alguém relacionado com a Direcção Regional do Ambiente, por questões que tinham sido abordadas, sobretudo do ponto de vista hidráulico, para tomarem uma posição conjunta, equitativa e sobretudo informativa para a opinião publica.-----

----- Disse ainda que, em relação aos aspectos que se prendem com a questão particular que tinha sido realçada, pensava que deverão, independentemente da responsabilidade ser deste ou daquele, havia um bem público que estava a ser prejudicado, e o bem estar social não estava em conformidade, tinham procedimentos que poderão efectuar, e se a questão não for resolvida saberão repor a situação, enviando as custas ao respectivo proprietário.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Quarta** - O Vereador António Ramalhete aproveitou a ocasião para dizer que, em relação àquela estrada, achava estranho, que nos acessos às propriedades tinha sido tudo emanilhado, gostaria de saber o porquê do alcatrão não ir até ao início da propriedade. No caso do Concelho de Soure, tinham a preocupação de fazer as ligações à própria propriedade, o que levava que um tractor ou um veículo pesado, ao sair da propriedade não deteriorava o tapete. Ali não acontecia o mesmo. -----

----- Tomou a palavra o Vereador Abel Girão dizendo que, sempre que havia emanilhamento havia um recobrimento sobre as manilhas, porque elas por si só não

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 05

aguentavam as cargas das travessias ou dos acessos às propriedades. Levavam sempre uma camada de betão por cima, que ia até ao limite da plataforma em asfalto. Tem reparado que alguns concelhos, como era o Caso de Soure e Cantanhede, aquele revestimento das manilhas em vez de ser feito com betão hidráulico, era feito com tapete betuminoso, mas era sempre feita a ligação até ao limite.-----

----- Interveio o Vereador Emídio Fidalgo dizendo que, junto à Quinta do Cabral, no passado fim de semana, tinham andado a fazer um desaterro numa curva, e a estrada estava uma coisa impensável, que não seria resolvida nem com travessias nem melhores nem piores. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Quinta** - Gostaria de informar que a situação do Pavilhão de Pereira era muito complicada, uma vez que tinham aprovado já alguns subsidio, de alguma dimensão relacionados com alguns projectos.-----

----- Mais disse haver um contrato - programa, em que a Associação tinha uma verba, a haver no valor de cinco mil e quinhentos contos. Era uma verba significativa, que daria para fazer uma parte daquilo que constava no projecto. No passado tinha defendido que, seria uma situação provisória, naquele momento pensava de maneira diferente, ainda há pouco tempo se tinha feito um arranjo na parte fronteiriça do Pavilhão, e estava muito melhor. Pensava, no entanto, que com a verba contemplada no contrato - programa que não tinha sido utilizada (apenas tinha sido utilizados quatro mil e quinhentos contos para a iluminação do pavilhão). Não sabia até que ponto se poderia desbloquear aquela verba e começar a fazer, por exemplo o arranjo dos esgotos, com o estacionamento, pois pensava que aquela verba seria suficiente para se fazer aquele trabalho, era uma parte do projecto que estava pendente na Câmara. Já tinham vindo projectos depois daquele, que já se arrastava há três ou quatro anos, e estava um pouco esquecido. Não sabia o porquê das obras não avançarem. -----

----- Interveio o Presidente da Câmara pedindo ao Senhor Vereador Abel Girão que, em conjunto com os Senhores arquitectos, vissem em que ponto é que estava o projecto. -----

----- Retomou a palavra o Vereador António Ramalhete dizendo que, tinham sido contemplados com uma verba de dez mil contos, das quais só tinham sido consumidas quatro mil e quinhentos contos, com o projecto apresentado para a iluminação. -----

----- Tomou a palavra o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, a Autarquia devia de uma vez por todas ajudar a resolver aquele tipo de problemas, como era o caso da Associação de Quinhendros, do Pavilhão das Meãs e o caso do Pavilhão de Pereira era a

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 05

mesma coisa. Ou se tomava uma posição definitiva, fazendo um salão de festas e Ter-se-ia que projectar um pavilhão para Pereira. Com a E.B.I, faria sentido chegarem a um acordo e construísem um pavilhão que servisse a E.B.I., a população, e o que lá estava reformulava-se e serviria para um salão de festas. Achava que manter aquela situação e andar a disponibilizar dinheiro, não resolvia a situação.-----

----- Interveio o Presidente da Câmara dizendo que, se confirmava estarem contemplados os cinco mil e quinhentos contos para o Pavilhão de Pereira. Teve também a confirmação, por parte dos Senhores arquitectos que a determinada altura do processo, tinham sido pedidos esclarecimentos que nunca tinham sido dados. Disse ainda achar um erro que a E.B.I. não tivesse um Pavilhão. Achava que por muito que "remendem" aquele pavilhão ele não servirá para o objectivo de uma população que irá duplicar, em pouco mais de três, quatro anos, que tinha uma dimensão escolar significativa e que pretendia ser um Polo. -----

----- Mais disse chamar a atenção ao Senhor Vereador da Educação, que terão que reaquacionar, que o Centro nevrálgico das infra - estruturas desportivas sejam junto às escolas. Futuros complexos quer de piscina, quer de pavilhão terão que passar junto à E.B.I., e saber as contrapartidas que existirão, junto do Ministério, para ter salvaguardado um projecto daquela dimensão, e estar à espera que a sociedade civil , e as Autarquias sejam chamadas a solucionar aquilo, que do seu ponto de vista será um complemento intrínseco da formação cívica, pedagógica e escolar do cidadão actual. -----

----- Pedia aos serviços que, reavaliassem o projecto vendo aquilo a que não tinha sido respondido. Dentro do conjunto da nossa estruturação e da planificação, terão que exigir a quem de direito que se assumam algo que seja dignificante. Não significava, que não se reavaliem circunstâncias de ajuda à Associação para recuperar aquele espaço para ser condigno, para outros fins. A Carapinheira, por exemplo, tem um pavilhão condigno para a escola e população que tem, Montemor já não tinha um pavilhão naquelas condições, apesar de ir servindo, Arazede tinha, Pereira terá que "lutar" para ter um pavilhão com aquelas condições. Irão fazer as pressões necessárias, irão desenvolver intervenções, mas passar por uma questão de uma maior justeza para a solução, daquilo que estavam a perspectivar para a população de Pereira. -----

----- Interveio o Vereador António Ramalhete dizendo estar de acordo em termos do futuro, pois era claro que todos ambicionavam ter um pavilhão como o da Carapinheira ou como o de Montemor, mas na realidade apenas existia aquele. Tinham averbado uma

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 05

verba de cinco mil contos, era uma verba que tinha sido atribuída, e independentemente de ser bem ou mal aplicada, havia alguma coisa que poderia ser feita. -----

----- Só existia aquele pavilhão, e tinha-se que dar as mínimas condições ao que existia. O arranjo exterior do pavilhão, porque já não falava no interior, era uma coisa necessária. Não sabia até que ponto o projecto que estava na Câmara, com todas aquelas mudanças que se pensavam fazer, era da opinião que ficaria muito mais barato do que fazer um novo, uma vez que não iriam por aquele abaixo. Movimentavam-se ali, centenas de crianças, e dever-se-ia dar as condições mínimas ao espaço mínimas ao espaço que existia. Era lógico que gostaria, que dali resultasse uma deliberação para se fazer um novo pavilhão em Pereira, mas sabia que as coisas não eram fáceis. -----

----- Tomou a palavra o Presidente da Câmara pedindo aos Arquitectos presentes, que revissem o processo, para ver o que se passava e porque é que tinha parado. -----

----- Interveio o Vereador Emídio Fidalgo dizendo que, apesar de serem do P.S., não deverão estar uns contra os outros, mas poderão ter ideias diferentes e debatê-las com um aspecto positivo. Confrange-se, de alguma forma, ao ouvir dizer que deveriam arranjar o exterior, porque se tem lá crianças, quando o interior estava como toda a gente sabia. Era de opinião contrária, as infra-estruturas deveriam ter boas instalações para as pessoas se servirem, nomeadamente as crianças, mesmo que o aspecto exterior não seja o melhor. ----

----- Mais disse que, em relação ao Pavilhão de Pereira, e já tinha tido oportunidade de o ter dito noutras reuniões, opunha-se, naquela Câmara a que fossem feitos grandes investimentos em qualquer um daqueles pavilhões. Opunha-se por principio próprios, não só tecnicamente, mas por principios que vão de encontro ao da população. Não era possível, no século em que viviam, ter um "elefante branco" em Pereira, da forma como tinham, e que não servia para nada, a não ser para festas, porque para desporto era impossível. Julgava que, se deveria reaquacionar um estudo profundo em relação àquela matéria, e também se deverá ter alguma contenção de gastos, numa coisa onde não se sabe o que se irá fazer ou para o que é que servirá. Dever-se-á pensar futuramente em fazer as coisas como deve ser, nomeadamente na área desportiva. Alertava que havia Concelhos do Distrito, que tinham povoações pequeníssimas com pavilhões espectaculares, de alto nível para competições internacionais, e não tinham sequer população que o sirva, nem grupos desportivos, e havia outros onde existia um índice tão elevado de atletas, como era o caso do nosso Concelho, e tinham uma carência de infra-estruturas. -----

----- Disse ainda que, teriam que criar infra-estruturas e dar-lhe a essência para aquilo que elas eram. Não consegui perceber como é que alguém ainda se atrevia a dizer que, havia

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 05

um pavilhão em Pereira, um nas Meãs, etc., para ele não eram pavilhões, eram armazéns que serviam para várias coisas. Por haver há vários anos a esta parte, aquele tipo de mentalidade em fazer-se aquele tipo de infra-estruturas no nosso Concelho, era o resultado de se ter em mãos o que tinham e não sabiam o que lhe fazer. De uma vez por todas deveriam fazer as coisas como devia ser, e tinham no Concelho, onde tinham a Associação Fernão Mendes Pinto, que tinha uma actividade, a nível do desporto, espectacular, e ao fim de onze anos ainda tinham os arranjos exteriores por fazer. As pessoas esqueciam-se que os arranjos exteriores serviam para dar a manutenção, e aumentar a capacidade de durabilidade do próprio pavilhão. Tinha um piso já miserável, e se continuar assim, qualquer dia a Câmara terá que gastar ali vinte ou trinta mil contos a pôr outro piso novo, era uma questão de cultura, de mentalidade, em que todos deveriam dar a mão e ter uma parte activa nisto, independentemente de ser em Pereira, no Amieiro, onde quer que fosse.

----- Tomou a palavra o Vereador António Ramalhete dizendo que, aquilo não tinha fundamento. Era lógico, e não passava pela cabeça de ninguém que se esquecesse um espaço que existia. Era certo que era ali que a juventude de Pereira, de Formoselha e de Santo Varão praticava o seu desporto, debaixo de telha, com o mínimo de condições. Era lógico que, ao falar no arranjo exterior era porque era o projecto que mais avançado estava, e que seria o mais fácil de concretizar. Aprovava-se subsídios e verbas para remodelações, como era o caso da Meãs, que ainda há pouco tempo se tinha aprovado uma alteração de projecto, e de financiamento, porque é que não podia acontecer o mesmo para Pereira? -----

----- Tomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo que, o Senhor Vereador António Ramalhete tinha toda a legitimidade para chamar a atenção sobre aquela matéria, e pedia ao serviços que fizessem um levantamento exaustivo sobre aquele assunto, e que depois passem a informação à Senhora Directora de departamento sobre a questão do Património, do espaço, quer onde está o pavilhão, quer da zona envolvente, para que possam numa próxima reunião ter uma sinopse das circunstâncias patrimoniais, propriedade, projecto de longas necessidades, etc.. -----

Mais disse que, deveria haver um contacto formal com o Ministério da Educação, através da sub - Direcção Regional, para que saibam, claramente que naquela E.B.I. havia duas lacunas brutais: a valência do Pré-Escolar a outra a valência desportiva. -----

----- Tomou a palavra o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, quando tinham construído o manifesto eleitoral, para as eleições, tentaram fazê-lo no sentido de alterar algum tipo de comportamentos. Nos momentos em que tinham debatido aqueles processos

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 05

tinham chegado a uma conclusão: os elefantes brancos que existiam no Concelho, deviam-se exclusivamente aos políticos, porque os políticos têm sido muito efémeros, normalmente em momentos de campanhas ou de pré - campanhas, aprovavam tudo o que lhes punham à frente, apenas para conquistar mais eleitorado, subvertiam as regras técnicas, e em termos de futuro passava-se o que ali estava a acontecer. -----

----- Mais disse que, Montemor só tinha tido pavilhão, muitos anos depois de haver o início de um pavilhão em Pereira, o início de um pavilhão nas Meãs, a ideia de um pavilhão em Tentúgal. Era preciso que não se voltassem a viabilizar projectos nem obras, que correspondam ao critérios técnicos e rigores exigíveis. Sabia que, em relação ao das Meãs, o parecer da Direcção Geral de Desportos, tinha sido sempre negativo, no entanto tinham continuado a aprovar as verbas para ir completando a Associação. A questão que se colocava por uma questão de princípio, era estudar-se, em conjunto com a Associação de Pereira, achava que tinham legitimidade para reclamar melhorias para aquele espaço, uma solução integrada, com a Junta de Freguesia de Pereira, com a Câmara Municipal, com o IND e com o Ministério da Educação. -----

Mais disse que, se o objectivo era criar uma infra- estrutura desportiva que responda às necessidades da E.B.I., não fazia sentido nenhum estarem a duplicar investimentos, especialmente quando todos concordavam, que aquele espaço que ali tinham, por muitas obras que ali se fizessem, nunca terá dimensão, nem qualidade para o que se pretendia. -----

----- Concordava e defenderia, quando o assunto fosse a reunião de Câmara que, seja pelo menos dada, àquela estrutura em Pereira uma finalidade e uma dignidade que ela merecia. Já lá tinha estado, e aquilo na altura fazia-lhe lembrar apenas uns barracões, dever-se-ia minimizar o problema, na altura tinha sugerido, construindo-se outro pavilhão e o existente ficaria a servir de salão de festas. Havia problemas, como o direito de superfície, que deveria ser resolvido, mas existiam também outros: criava-se um equipamento educativo, supostamente interessante, porque lhe faltava a pré- primária, mas também era verdade que o próprio Ministério da Educação, na sua política tinha viabilizado somente aquilo. Esperava que, naquele momento, a Câmara tivesse capacidade negocial suficiente para conseguir, por um lado, investir com o pré- escolar, e por outro, com infra-estruturas desportivas. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

-----E sendo dez horas, a reunião foi interrompida, tendo recomeçado às doze horas. -----

----- **1.-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL** -----

----- **1.1. -DIVISÃO ADMINISTRATIVA** -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 05

-----1.1.1.- SECÇÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS E ARQUIVO. -----

-----1 - CANDIDATURAS À ADELO AO PROGRAMA LEADER MAIS-----

----- FEITO PELA JUNTA DE FREGUESIA DO SEIXO - ILUMINAÇÃO --

----- DE POLIDESPORTIVO E PELA JUNTA DE FREGUESIA DE-----

----- GATÕES - RECUPERAÇÃO DO LARGO DO ARNEIRO-----

----- O Presidente da Câmara informou que, do seu ponto de vista ambos os projectos eram de interesse, não se poderiam esquecer que, em relação à junta de Freguesia do Seixo, a própria Autarquia tinha tido um contrato - programa com o qual viabilizou a construção do Polidesportivo e dos balneários, agora a Junta de Freguesia propunha-se a complementar aquele projecto com a iluminação. Em relação ao Largo do Arneiro a Junta de freguesia de Gatões, no espaço que é considerado domínio público, irá reafectá - lo quer em termos de espaço ambiental e verde, quer em termos de zona de melhor circulação rodoviária. -----

----- Mais disse que, em relação ao projecto do Seixo a Câmara reconhecia a propriedade daquele terreno e a sua cedência gratuita em direito de superfície à Junta de Freguesia, como era feito com outros espaços análogos, de maneira a que a própria Junta possa efectivar a sua candidatura. Aquelas cláusulas de cedência gratuita em direito de superfície, era de que o terreno sobre o qual seria constituído o direito de superfície, destinou-se à construção das instalações do polidesportivo, o direito de superfície era constituído de modo gratuito por um período de vinte e cinco ano, renováveis sucessivamente por iguais períodos de tempo. A construção da parte eléctrica deverá ter início no prazo máximo de doze meses, a contar da data da celebração da presente escritura, devendo ficar completa no prazo de dois anos (documento anexo à presente acta sob o numero um).-----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, pelo conhecimento que tinha, o volume de candidaturas ao LEADER MAIS, naquela primeira fase, e se forem todas aprovadas na dimensão em que tinham sido propostas, esgotava o plafond para o Concelho de Montemor em todo o quadro comunitário de apoio. Gostava que ficasse claro que, do seu ponto de vista, não seria possível satisfazer todas, porque não podiam esgotar, na componente do terceiro sector, o plafond, uma vez existirem percentagens consignadas ao sector lucrativo às empresas. Era importante que o Senhor Presidente da Câmara, que também era Presidente da Assembleia Geral da ADELO e também irá fazer parte da unidade de gestão do LEADER MAIS, irá Ter que se confrontar com algumas questões que irão ser colocadas naquele sentido. Irá estar também naquela unidade de gestão, e estava convencido que Montemor irá ter que tomar decisões, e aí a opinião da Câmara era muito

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 05

importante, relativamente à aprovação de projectos. Não iria haver plafons para tudo aquilo.

----- O Presidente da Câmara propôs à Câmara a concordância para a declaração do interesse público dos dois investimentos: um no Largo do Arneiro outro no Polidesportivo do Seixo. - -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta em epígrafe. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 1.1.2. - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS -----

----- 1 - INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ARTIGO 65º DA LEI Nº -
----- 169799, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA
----- LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação com a relação das faltas e férias dos funcionários nos termos da legislação acima citada, no período compreendido entre vinte e um e trinta e um de Maio do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número dois). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 1.2 - DIVISÃO FINANCEIRA -----

----- 1.2.1 - SECÇÃO CONTABILIDADE, ECONOMATO, PATRIMÓNIO E TESOURARIA. ----

----- 1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA -----
----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO -----
----- DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- Foi presente uma relação das autorizações de despesas efectuadas entre o dia vinte e três de Maio e o dia quatro de Junho do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número três), a dar cumprimento ao número um, dois e três do artigo sessenta e cinco da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redacção da Lei número cinco A barra de dois mil e dois, de onze Janeiro. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 2 - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA -----

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria, relativo ao dia quatro de Junho do corrente ano, acusando um saldo para o dia seguinte, em Operações Orçamentais de seiscentos e oitenta e nove mil setecentos e setenta e três euros e trinta e seis cêntimos e em Operações de Tesouraria duzentos e cinquenta e sete mil quatrocentos e noventa e três euros e dez cêntimos. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 05

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade concordar com o referido Resumo Diário, e respectivos valores apresentados. -----

----- **3 - CENTRO NÁUTICO DE REMO - INDEMNIZAÇÕES A RENDEIROS** -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços, dizendo que, tendo em conta a Lei do Arrendamento Rural, as indemnizações aos rendeiros, só devem ser atribuídas nos casos em que exista Contrato Escrito de Arrendamento, conforme o numero um do artigo terceiro, do Decreto-Lei numero trezentos e oitenta e cinco barra oitenta e oito, de vinte e cinco de Outubro. Situação que não se verifica, na grande maioria dos rendeiros, existindo apenas, um contrato verbal, entre os proprietários e os rendeiros (documento anexo à presente acta sob o numero quatro).-----

----- A pedido do Presidente da Câmara, a Directora de Departamento informou que, face às notificações feitas, apenas os prédios respeitantes ao I.H.E.R.A. e ao Sr. Américo de Oliveira Angelo, tinham contrato escrito, conforme respostas enviadas. Quanto aos restantes rendeiros que constavam daquela relação, nenhum deles tinha contrato escrito de arrendamento. Face àquela situação terá que ser tomada posição concertada, uma vez que o processo tinha levantado alguns problemas. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, em termos de senso comum ouvia dizer que, mesmo um contrato verbal, não deixava de ser um contrato e uma vez que não era jurista perguntava, se de facto, era assim.-----

----- Respondeu a Senhora Directora de Departamento dizendo que se tinha que verificar a forma escrita, a Lei era expressa no numero um do artigo terceiro, que regulava o arrendamento, ao dizer que o contrato tinha que ser reduzido a escrito e enviado à Repartição de Finanças. -----

----- Tomou a palavra o Vereador Emídio Fidalgo dizendo que, assim qualquer pessoa que fazia o seu arrendamento e não comunicasse às Finanças, implicava uma ilegalidade. Todas as pessoas que tivessem feito o seu arrendamento verbal, não pagavam direitos às finanças. O que queria dizer, que se arrendasse uma coisa, estava a ter um rendimento mensal ou anual de um determinado valor por mês, e não pagava absolutamente nada. ---

----- Mais disse querer alertar, que sendo aquilo uma obra pública, pelo que conhecia e pelas problemas que tinha passado durante vinte anos nas obras publicas onde esteve ligado a várias situações que se tinham passado daquela natureza: passagem de condutas, construções de depósitos, etc., nenhuma das Câmaras por onde tinha passado, tinha pago a quem não tinha arrendamentos. Pagavam a indemnização ao proprietário, o que era

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 05

uma coisa distinta, porque não havia nenhum documento que juridicamente provasse o arrendamento. -----

----- Tomou a palavra o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, a questão era que corriam o risco de beneficiarem quem "fugia" aos impostos , porque quem tinha recebido é que tinha que declarar, não era quem pagava. Achava já ter havido demasiados equívocos no processo de expropriações, da forma em como tinha decorrido com os agricultores, em relação à Pista de Remo.-----

----- Assim sugeria ao Senhor Presidente da Câmara que tivesse uma reunião com a Associação de Beneficiários, com os representantes dos agricultores, para tentar explicar as situações e tentar ver como deverá ser resolvida a situação. A questão que se estava a colocar, de eventuais poupanças para o município, não se colocavam, naquele caso. Independentemente das questões formais, era que o assunto não terminasse numa reunião de Câmara onde se regessem apenas pela Lei. Era importante que a Câmara pudesse conversar, negociar com a Associação de Beneficiários, sensibilizar para o problema, reabilitar também os rendeiros para aquela componente multifuncional que o Vale deveria ter , também para o desenvolvimento geral. Não lhes interessava nada terem os agricultores contra qualquer projecto. -----

----- Custava-lhe que, depois de todo aquele processo, em que se tinha cometido o erro, de não se começar por falar com os agricultores e mobilizá-los para o processo, que agora, tenham que assumir o ónus de poderem estar a prejudicar, porque são obrigados, quem tinha alguns direitos, apesar de tudo.-----

----- Interveio o Vereador Emídio Fidalgo dizendo que, havia ali questões que não eram tão lineares como o Senhor Vereador Victor Camarneiro tinha referido. Por exemplo, se alugar uma casa, sem contrato escrito, no valor de cem contos, no caso de alugar com os papéis todos, dava cento e oitenta, havendo ali dois benefícios. Toda a gente se lembrava, que a Câmara da Figueira, no último mandato tinha tomado a decisão de mandar abaixo a esplanada, fê-lo e indemnizaram os proprietários. -----

----- Tinham ido ver o IRC e o proprietário do Tubarão apresentava o seu movimento com todas as fugas possíveis e imaginárias, e estavam-lhe a pagar exactamente aquilo e ele, sentia-se prejudicado, porque tinha muito mais. Os funcionários estavam a receber os ordenados em casa, e estavam a recebê-lo, por quanto era declarado às finanças, o que juridicamente estava correcto.-----

----- Pessoalmente não votará favoravelmente, qualquer coisa que seja, sem que sejam devidamente ponderadas e sem que haja um parecer do síndico da Câmara, consentâneo

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 05

com aquela matéria. Poder-se-á criar um precedente na Câmara Municipal para outras futuras obras publicas ou outras expropriações. -----

----- Ali não se estava a colocar a questão do dono, mas sim a questão das pessoas que tinham feito um aluguer. E quantos não havia que tinham feito um sub aluguer? Todos sabiam que havia um regulamento específico para aquela situação. -----

----- Tomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo que, tinha levado propositadamente aquele assunto à Câmara, para poder haver uma discussão e ao mesmo tempo um conhecimento alargado daquela problemática. Gostaria de acrescentar que o próprio I.H.E.R.A., nalguns casos, tinha pago indemnizações através de acordos verbais. Havia duas posturas que deveriam ser diligenciadas: proceder às respectivas indemnizações afim de resolverem as situações, em relação aos outros, e através de um enquadramento jurídico que lhes traga o menor transtorno possível, resolverem a questão. -----

----- Assim, propunha que o Dr. Deolindo (Sindico da Câmara), em pareceria com o I.H.E.R.A., com a Associação dos Beneficiários e com a Senhora Directora de Departamento de Administração Geral, fizessem um levantamento daquele segundo cenário, e que articulassem uma proposta definitiva ao executivo. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar as propostas apresentadas pelo Presidente da Câmara. -----

----- 4- MERCADO MUNICIPAL-----

----- Pelo Presidente da Câmara dado conhecimento do fax do síndico da Câmara Municipal, Dr. Deolindo Correia, sobre o assunto em epígrafe, na qual dava conhecimento que tinha havido alguns compradores que questionaram o facto de quando fizeram a escritura lhes tinha sido mostrada uma peça desenhada que previa a execução das montras nas lojas, constituídas apenas por um vão, sem qualquer caixilharia intermédia, nesse mesmo vão e que respeitaria a frente da loja, pressupondo desde então que a obra seria assim executada, não entendendo por isso o facto de se verificar o contrário em obra (documento anexo à presente acta sob o numero cinco).-----

----- Mais disse, ter-se comprometido na reunião em que tinham estado presentes os promitentes compradores das lojas do Novo Mercado e a Fiscalização da obra, a proceder junto dos serviços técnicos de fiscalização, para uma leitura técnica sobre, se de facto, tinha havido alguma circunstância que teria alterado o projecto. Caso isso se tivesse verificado, teria que haver responsabilidades por parte da Autarquia, caso não se tivesse vindo a registar, os próprios particulares aquando da aceitação da propriedade, poderiam

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 05

propor algumas alterações naquela matéria, mas a responsabilidade não deveria ser atribuída à Câmara Municipal.-----

----- Disse ainda que, face a um conjunto de análises promovidas pelos próprios serviços, e que tinham passado por informação da DOSU, da DAG e por aquilo que ainda terá que ser complementado com informação da DOP, verificou-se de acordo com aqueles pareceres, o projecto, sobretudo no que dizia respeito, aos desenhos de pormenor, contemplava aquilo que estava realizado. -----

----- Era parecer do Síndico e dos próprios serviços de que, o que estava executado estava previsto em projecto, conforme documento anexo. Os alçados que tinham sido mostrados naquela altura, tinham uma determinada visão, os pormenores tinham outra, a opinião dos serviços era que uma coisa implicava a outra. -----

----- Seguidamente o Presidente da Câmara disse que gostaria de ouvir o parecer do Senhor Arquitecto Nolasco sobre aquela matéria. -----

----- O Técnico respondeu nada mais ter a acrescentar ao que já tinha sido dito, uma vez que a obra executada estava de acordo com o projecto apresentado. -----

----- Tomou novamente a palavra o Presidente da Câmara dizendo que, segundo os serviços, aquilo que estava executado, estava no projecto inicial. Tem informado os proprietários que não queria com isto dizer que não pudessem recorrer a outras instâncias.---

----- Assim, propunha que os Serviços comunicassem aos proprietários das lojas, que a Câmara considerou que tinha sido cumprido tudo o que estava em projecto e que aquelas mesmas circunstâncias estavam devidamente fundamentadas, nas diferentes componentes, dos elementos que constituíam o projecto.-----

----- Tomou a palavra o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, ficava salvaguardada a hipótese de recurso pelos proprietários, fazendo prova de que alguma coisa não tinha corrido bem.

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 1.2.1 - SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS -----

----- 1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA -----

----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA -----

----- PELA LEI Nº 5-A/2002, DE JANEIRO.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 05

----- Foi presente uma informação a que se refere o artigo sessenta e cinco da Lei numero cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco- A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro. -----
(documento anexo à presente acta sob o número seis). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

-----2- DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO -----

-----2.1-DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES -----

----- 1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA -----
----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO ----
----- DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação a que se refere o artigo sessenta e cinco da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco A de dois mil e dois, de onze de Janeiro, no tocante à relação de licença de obras e outras petições, tratadas pelos Serviços, no período compreendido vinte e quatro de Maio e cinco de Junho do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número sete). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 2- OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO E OBRAS DE URBANIZAÇÃO, --
----- REQUERIDO POR URBIPEREIRA, L.DA - PROCESSO
NUMERO -----

----- 3/98 - CORRECÇÃO À ACTA DE 30 DE MAIO DE 2001 -----

----- Pelo Vereador do Pelouro foi presente uma informação relativamente à operação de loteamento e obras de urbanização requerido por Urbipereira, L.da, na qual dava conhecimento que havia por parte da Câmara, um, compromisso em custear cinquenta por cento dos custos com a instalação de energia no próprio loteamento, para depois fornecer energia à E.B.I. de Pereira. -----

----- Assim propunha a correcção à acta de trinta de Maio de dois mil e um, conforme documento anexo à presente acta sob o numero oito. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a rectificação à acta de trinta de Maio de dois mil e um. -----

----- 3 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS -----

-----3.1. – DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS -----

----- 3.1.1. – SECTOR DE ADMINISTRAÇÃO DIRECTA. -----

----- 1- CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ESTRADAS E CAMINHOS-----

----- MUNICIPAIS: (FREGUESIAS DE SANTO VARÃO E PEREIRA) - --

----- ACTA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 05

----- Na sequência do acto público do concurso da empreitada em epígrafe, foi presente a respectiva acta, bem como o relatório elaborado nos termos do número cinco do artigo noventa e oito do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março, que ficaram como documentos anexo à presente acta sob o número nove. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade que o processo baixe à Comissão de Análise para o devido seguimento. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **2- INTERVENÇÃO NO ESPAÇO URBANO EM MONTEMOR-O-VELHO: (LARGO SOUTO MAIOR E LARGO DA PARAGEM DO AUTOCARRO) - CRONOGRAMA FINANCEIRO** -----

----- Foi presente o Cronograma Financeiro da obra em epígrafe, acompanhado de uma informação dos Serviços, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número dez. -

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Cronograma Financeiro.

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **3- INTERVENÇÃO NO ESPAÇO URBANO EM MONTEMOR-O-VELHO: (RUA FERNÃO MENDES PINTO E REMATE NASCENTE) - CRONOGRAMA FINANCEIRO** -----

----- Foi presente o Cronograma Financeiro da obra em epígrafe, acompanhado de uma informação dos Serviços, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número onze -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Cronograma Financeiro.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **4- INTERVENÇÃO NO ESPAÇO URBANO EM MONTEMOR-O-VELHO: (RUA DR. JOSÉ GALVÃO E ANTÓNIO CORREIA DE ANDADRE) - CRONOGRAMA FINANCEIRO** -----

----- Foi presente o Cronograma Financeiro da obra em epígrafe, acompanhado de uma informação dos Serviços, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número doze. -

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Cronograma Financeiro. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **5- INTERVENÇÃO NO ESPAÇO URBANO EM MONTEMOR-O-VELHO: (LARGO DIOGO DA AZAMBUJA E PRAÇA DA** -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 05

----- REPUBLICA) - CRONOGRAMA FINANCEIRO -----

----- Foi presente o Cronograma Financeiro da obra em epígrafe, acompanhado de uma informação dos Serviços, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número treze.

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Cronograma Financeiro.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 6- NOVO MERCADO MUNICIPAL - CRONOGRAMA FINANCEIRO E

----- PRORROGAÇÃO DE PRAZO -----

----- Sobre o assunto em epígrafe, foi presente uma informação dos serviços que ficou como documento anexo à presente acta sob o número catorze. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade conceder a prorrogação de prazo solicitada por um período de mais três meses com início a seis de Março do corrente ano e terminus a dezasseis de Junho do ano em curso. -----

----- Mais deliberou por unanimidade aprovar o correspondente Cronograma Financeiro/Plano de Pagamentos. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 3.1.2. – SECTOR DE VIATURAS E EQUIPAMENTO. -----

----- 3.1.3. – SECTOR DE ABASTECIMENTO PÚBLICO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA. -----

----- 3.1.4– SECTOR DE SANEAMENTO BÁSICO. -----

----- 1 – PROLONGAMENTOS E LIGAÇÕES DA REDE DE ESGOTOS ---

----- FREGUESIAS DE CARAPINHEIRA, MEÃS, TENTÚGAL E PEREIRA

----- RELATÓRIO DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS -----

----- Na sequência da deliberação tomada em reunião de Câmara de vinte e quatro de Maio do corrente ano, foi presente o relatório de análise das propostas apresentadas ao concurso em epígrafe, elaborado pela respectiva Comissão de Análise, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número quinze.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte: -----

----- Um – Adjudicar a empreitada da obra em epígrafe à firma Antonino Madeira & Filhos, Limitada, pelo montante de cinquenta e oito mil seiscentos e trinta e seis euros e vinte e quatro centimos, acrescido do IVA à taxa legal, para um prazo de execução de quarenta e cinco dias seguidos. -----

----- Dois – Dispensar a audiência escrita nos termos da alínea a) do número um do artigo cento e três do Código de Procedimento Administrativo. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 05

----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos.-----

-----4. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL -----

-----4.1. DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO -----

-----4.2. DIVISÃO DE DESPORTO -----

----- 1 – CONVÍVIO INTER - DISTRITAL DE MINIBASQUETEBOL, --- ----- ORGANIZADO PELA ASSOCIAÇÃO FERNÃO MENDES PINTO

----- Ausentou-se a partir deste ponto o Vereador Victor Camarneiro. -----

----- O Vereador do Pelouro informou que, a Associação Fernão Mendes Pinto, tem vindo a desenvolver, nos últimos anos, um trabalho de inegável valor em prol do desenvolvimento do Basquetebol, merecendo por isso, todo o apoio desta Câmara Municipal. -----

----- Assim, dava conhecimento do Projecto apresentado pela Associação Fernão Mendes Pinto, (documento anexo à presente acta sob o número dezasseis), o qual tinha em vista a realização de um convívio Inter - Distrital e constituía um ponto alto do projecto de formação desportiva da Associação Fernão Mendes Pinto, para a área do Mini - Basquetebol. -----

----- Interveio o Vereador Emídio Fidalgo dizendo saudar, na sua qualidade de Vereador e Presidente da Associação de Basquetebol de Coimbra, a forma como a Associação Fernão Mendes Pinto, se tinha candidatado para aquele evento, visto ser um evento Inter-Distrital, com equipas de vários pontos do País e a forma como tinha levado a cabo aquela organização. -----

----- Gostava de manifestar à Câmara, o reconhecimento pela proposta efectuada. O Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Vereador tinham estado presentes no convívio e tinham verificado que o trabalho da Associação Fernão Mendes Pinto, nomeadamente na área do basquete, era um trabalho com profundidade, ao longo dos anos. Pensava que a Associação Fernão Mendes Pinto, deveria, naquela área, ser mais apoiada, inclusive naquele evento. Cada criança que almoçou, ainda teve que pagar um euro, visto não terem conseguido mais patrocínios. Gostava de deixar ainda uma palavra de apreço à Presidente do Conselho Directivo que tinha demonstrado uma grande eficácia. -----

----- Mais disse que, a Associação Fernão Mendes Pinto, quis mostrar às crianças o Concelho, e levou-as ao Europaradise. Gostava que a Câmara, de uma vez por todas, traçasse uma estratégia para aquele investimento, independentemente de ser particular, nomeadamente naqueles casos, para que houvesse uma abertura por parte dos proprietários, talvez com uma pequena participação da Câmara Municipal, uma vez estar a mostrar uma coisa de Montemor. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 05

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade apoiar financeiramente a Associação Fernão Mendes Pinto, em quinhentos euros pelo convívio Inter - Distrital de Minibasketebol.-----

----- 2 – CONSTRUÇÃO DA PISTA DE REMO/CENTRO NÁUTICO DE -- ----- REMO : (AÇUDE DE JUSANTE) - PROJECTO, PROGRAMA DE----- ----- CONCURSO E CADERNO DE ENCARGOS - ELEMENTOS PARA ---- ----- APROVAÇÃO -----

----- Voltou a fazer parte da reunião o Vereador Victor Camarneiro. -----

-----No seguimento do solicitado superiormente foram presentes os elementos em epígrafe, devidamente preenchidos e ordenados para que a Câmara se pronunciasse quanto à sua aprovação e posterior abertura de concurso.-----

----- Acompanhava os referidos elementos uma informação dos Serviços que ficou como documento anexo à presente acta sob o número dezassete. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

-----Um – Aprovar os elementos em epígrafe e lançar de imediato a obra a concurso, através de concurso limitado sem publicação de anúncio nos termos do número três do artigo quarenta e sete do Decreto-Lei número cento e cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março. -----

----- Dois – Que se convidem os empreiteiros sugeridos pelos Serviços.-----

-----Três – Fixar o preço de trinta e cinco euros, acrescido do IVA à taxa legal, para o fornecimento das cópias dos elementos de concurso. -----

----- Quatro – Nomear as seguintes Comissões de Abertura do Concurso e Análise das Propostas nos termos do artigo sessenta do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março. -----

----- "Comissão de Abertura do Concurso" -----

----- Vereador Abel Girão, Engenheiro – Presidente -----

----- Maria Isabel C.S.P.C. Castanho - Engenheira Técnica Civil-----

----- Célia Maria Gariso de Oliveira, Dr.^a – Secretária -----

----- "Comissão de Análise das Propostas" -----

----- Adelino Caridade Miranda, Engenheiro – Presidente -----

----- Isabel de Jesus Maurício Quinteiro - Engenheira Civil-----

----- Joaquim Argel Marques, Engenheiro Técnico Civil -----

----- Cinco – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 3 – "CONSTRUÇÃO DA PISTA DE REMO/CENTRO NÁUTICO
DE -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 05

----- REMO - TRABALHOS A MAIS" - -----
 ----- RECTIFICAÇÃO DO PONTO UM DA DIVISÃO DE
 DESPORTO

----- DA ACTA DA REUNIÃO DE CÂMARA DE 15/03/2002. ----

----- Foi presente para rectificação o ponto um da Divisão de Desporto da reunião ordinária de quinze de Março do corrente ano, dado que no mesmo não constou a intervenção do Director de Departamento de Obras e Serviços Urbanos. -----

----- Assim, no referido ponto, deve passar a constar a sua intervenção do teor seguinte: ----

----- "Tomou a palavra o Director de Departamento da DOSU dizendo que, face ao montante em causa e ao tipo de trabalhos, por força do disposto na legislação em vigor (número dois e três do artigo quarenta e cinco do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove de dois de Março) era seu parecer que a Câmara Municipal poderá dispensar o estudo." -----

----- Assim, da deliberação de Câmara deverá constar o seguinte: -----

----- "Um – Dispensar o estudo ao abrigo do número três do artigo quarenta e cinco do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove de dois de Março.-----

----- Dois - Aprovar o projecto de alterações composto pelos elementos supracitados bem como os preços resultantes do mesmo.-----

----- Três – Autorizar os trabalhos a mais no montante de oitocentos e quatro mil trezentos e noventa e dois euros e oitenta e cinco cêntimos (cento e sessenta e um milhões duzentos e sessenta e seis mil duzentos e oitenta e oito escudos) acrescido do IVA à taxa legal, ou seja, os trabalhos resultantes do projecto de alterações e os trabalhos com preços da proposta inicial. -----

----- Cinco – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos." -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade rectificar o ponto um da Divisão de Desporto da reunião ordinária de quinze de Março findo, de acordo com o atrás exposto. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **4.3. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE** -----

----- **INTERVENÇÃO AO PÚBLICO** -----

----- Foi aberto o período de intervenção ao público, nos termos do número cinco do artigo oitenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, na redacção da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro.-----

----- Verificou-se a não existência de público.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 05

-----ENCERRAMENTO-----

----- Terminada a Ordem de Trabalhos, pelas catorze horas, foi pelo Presidente da Câmara, encerrada a reunião da qual para constar se elaborou a presente acta, sob a responsabilidade da Directora de Departamento de Administração Geral, que vai ser assinada nos termos da Lei na reunião seguinte. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Luis Manuel Barbosa Marques Leal, Dr.

A DIRECTORA DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL,

Maria Celeste Caldas Pires Pereira Leite Castela, Dr.^a